



Um olhar sobre o conceito de democracia e educação
A look at the concept of democracy and education

Marcela Rodrigues Santos
Maria José Pereira de Oliveira Dias
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiás- Brasil

Resumo

O presente trabalho propõe discutir o conceito de democracia enquanto visualidade crítica a ser explorada no espaço escolar, entendendo-a como um exercício de reflexão e diálogo entre os diferentes agentes da comunidade educativa. Com base em análise documental sobre a escola como instituição social, refletimos sobre como relações e práticas pedagógicas democráticas favorecem uma formação crítica, autônoma e humanística. Perguntamos se é possível uma escola em que comunidade e alunos participem das decisões sem desconsiderar a autoridade pedagógica do professor. A pesquisa, de caráter qualitativo, articula ideologia, educação e democracia, mostrando como políticas conservadoras limitam o potencial transformador da escola pública. Dialogamos com Freire (1967), Marilena Chauí (2016) e Ildeu Coelho (2011), que defendem a educação como prática libertadora e a docência como mediação essencial. Assim, defendemos a valorização da escola pública como espaço plural, dialógico e de resistência às lógicas mercadológicas e tecnicistas, reafirmando o papel do professor como agente transformador e mediador de saberes.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Ideologia.

Abstract

This study discusses the concept of democracy as a critical visuality to be explored within the school environment, understanding it as an exercise of reflection and dialogue among the various agents of the educational community. Based on a documentary analysis of the school as a social institution, we examine how democratic relationships and pedagogical practices contribute to a more critical, autonomous, and humanistic education. We question whether it is possible to create a school in which the community and students actively participate in decision-making without disregarding the pedagogical authority of teachers. The qualitative research approach articulates ideology, education, and democracy, showing how conservative policies have constrained the transformative potential of public education. The discussion draws on Freire (1967), Chauí (2016), and Coelho (2011), who view education as a liberating practice and teaching as an essential mediation of knowledge. Thus, we advocate for valuing the public school as a plural and dialogic space that resists market-oriented and technicist logics, reaffirming the teacher's role as a transformative agent and mediator of knowledge.

Keywords: Education; Democracy; Ideology.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,

sem ela tampouco a sociedade muda”

Paulo Freire (1997, p.25)

Introdução

A ascensão de políticas conservadoras no Brasil tem tido um panorama crescente nos últimos anos. Neste ínterim, novas propostas de visualizar a educação em toda a sua complexidade tem sido uma das principais medidas adotadas no sentido de deslegitimar modelos progressistas que fornecem visualidades mais críticas acerca do conceito de educação enquanto formação cidadã e humanística. Neste texto pretende-se trabalhar com os conceitos de democracia e educação, a partir de determinados vieses ideológicos os quais ampliaram acalorados debates na contemporaneidade.

Notamos que a gestação de diversas ideologias conservadoras dentro do Brasil visa destituir a formação educacional humana dos sujeitos em toda a sua criticidade essencial para a percepção da educação enquanto importante ferramenta não apenas de aprendizagem, mas como ótica perceptiva das mazelas sociais, sempre tão presentes na realidade prática. Para tanto, seria necessária a deslegitimização das secretarias de educação e do próprio Ministério de Educação (IMEC), com isso, a relação aluno-professor passaria a ser menos importante e a opinião dos pais e terceiros seria uma das partes principais do processo.

Não se pretende aqui retirar a importância de pais e outras instituições dentro do processo educativo, mas perceber tais questões a partir de suas problemáticas; ocorre que atribuir importância para partes fora do corpo docente, ou para aqueles que não participam efetivamente do processo de ensino/aprendizagem escolar é não levar em consideração alguns fatores presentes na maioria das famílias. Segundo uma pesquisa¹ da revista Veja, pais com baixa instrução atrapalham o desempenho de seus filhos pela falta de estímulo que as crianças acabam não recebendo. Ademais, questões religiosas, ou mesmo de orientação política podem incorrer no posicionamento de pais e responsáveis ao se falar em temas das humanidades que hoje são vislumbrados a partir de uma visão altamente carregada de estereótipos negativos justamente por grupos conservadores. Isso traz à tona a problemática dos próprios pais não conseguirem entender a necessidade de seus filhos estudarem tal conteúdo para se tornarem cidadãos melhores e sensibilizados com diversas questões sociais pertinentes a formação cidadã.

Além disso, a pandemia de Covid-19 agravou os números de analfabetismo no país; segundo estudo divulgado pelo programa Todos pela Educação², enfrentamos hoje o maior

índice de pessoas analfabetas no país desde 2012 com 41% das crianças entre 6 e 7 anos não sabendo nem ler nem escrever. A construção histórica de dificuldades educacionais no Brasil possibilita a dificuldade por parte dos pais e responsáveis, uma vez que estes também enfrentam dificuldade para acompanhar de perto o que está sendo dado nas escolas, pois lhes falta capital cultural (Bourdieu, 1989) e consciência política para fazer distinção entre as várias interpretações erradas do que é feito dentro de sala de aula: estudos demonstram que em tais questões reside um dos nichos responsáveis pela difusão e pelo crédito as *Fake News* na atualidade (Rocha, Brandão e Cruz, 2020).

Para se trabalhar com uma educação enquanto formação cidadã e com vistas ao debate democrático é preciso que se compreenda que a ausência ou invisibilidade de determinadas ideologias políticas também são medidas tomadas de acordo com interesses políticos, pois difundem e reforçam uma lógica diacrônica de mundo pautado em maniqueísmos narrativamente articulados. Para Marilena Chauí (2016) o conceito de ideologia pode ser compreendido como “um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir”. A partir de tal pensamento, é possível inferir que o tipo de educação sugerido por políticas conservadoras possui sua carga ideológica no sentido de que procuram difundir e manter suas normas de ensino por eles estabelecidas como corretas.

Ao se falar sobre democracia na educação é necessário que se entenda que, a despeito da posição política dos sujeitos, é preciso que se exponha todos os lados, medidas e posições e partidos para os discentes, pois a liberdade de pensamento formativo dos alunos é um dos pilares para a compreensão que estes vão ter da realidade que os cerca e de suas vivências, uma vez que suas experiências também são diretas ou indiretamente inclusas em sua formação intelectiva. Segundo a professora e doutora em educação, Russel Teresinha Dutra da Rosa (2018), em uma reportagem concedida ao Centro de Referências em Educação Integral, tal visão “que entende o aluno como uma folha em branco, passivo, e estabelece uma relação hierárquica entre estudantes e professores, e não uma educação democrática” é algo ultrapassado e tira a possibilidade do aluno de intervir quando for necessário, para que assim, ele consiga fazer as suas inferências e seguir com o conteúdo da melhor forma possível.

Ao falar sobre uma “Educação como prática de Liberdade”, Freire (1967) em livro homônimo já expõe didaticamente a maneira pela qual propõe a compreensão da educação:

Um olhar sobre o conceito de democracia e educação

para ele é preciso que avalie todos os sujeitos em suas particularidades e singularidades, além daquilo que os cerca ao se falar sobre formação educacional. Escrito a partir de questionamentos levantados com várias pessoas envolvidas na educação, o autor nos diz que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1967, p. 43).

Na citação acima, Paulo Freire traz à tona, a necessidade da participação efetiva do aluno no seu aprendizado, porque é ele quem dará a devida importância ao conteúdo que ele está apreendendo. Segundo ele, não adianta o professor falar da importância da matéria se o aluno não conseguir se enxergar, identificar e relacionar isso à sua realidade. Isto é, nada será válido se o aluno não conseguir atribuir sentido e significado aos conteúdos trabalhados. O debate deve inferir a relação do indivíduo com seu meio social, pois conforme nos mostra Coelho (1980), a compreensão democrática de educação, perpassa a existência dos sujeitos em uma relação recíproca com o seu meio:

a educação é uma das manifestações da totalidade da existência social, da vida coletiva, do modo como os homens produzem os bens necessários à sua sobrevivência, das relações de poder que constituem sua existência. A relação entre educação e sociedade não é mecânica, de contiguidade, mas dialética, não podendo uma existir sem a outra (1980, p. 73-76; 1999, p. 19-24).

Por isso a importância do papel do professor e a importância de sua autonomia no ensino-aprendizagem, sem a compreensão dele em relação aos seus alunos e de suas realidades, todo o processo será ineficaz. Neste ínterim, é necessário compreender a educação como um processo integrado, pois, conforme nos ensina Coelho, (2003, p.48-49) educar:

é um ato profundamente significativo e importante para a humanidade, a sociedade e as pessoas, e indissociável dos processos de compreensão e de transformação do mundo e da sociedade, de criação de direitos, de produção do real como outro, diferente do que existe. Na sociedade, homens concretos historicamente determinados, criam formas de existência social e estas tornam possível a emergência de seres humanos, o que seria impossível sem a educação, cujos vínculos com a sociedade são demasiados estreitos e profundos para que possam ser esquecidos e silenciados. Educar é criar, formar seres humanos em cada um dos que

nascem com a condição humana, produzi-los ao mesmo tempo como pessoas e sociedade.

Na contramão desta percepção sobre educação, percebe-se hoje a existência de uma série de demandas e políticas, as quais trabalham sub-repticiamente com a retirada gradual dos debates e processos democráticos de dentro do seio escolar. Laval (2019) demonstra que, esse desmanche pelo qual a escola, enquanto instituição, vem passando é fruto de demandas mercadológicas interessadas na não emancipação dos sujeitos (diretriz gestada pelas vertentes iluministas), através do conhecimento. O autor vê tal “crise”, também, enquanto um projeto dotado de intencionalidades marcadas diretamente pelo capital, de modo que neste ínterim o papel do docente vem sendo afetado com perdas simbólicas e materiais, que caminham cada vez mais para a deslegitimar tal profissional. De nossa parte, cabe debater e tentar entender quais conceitos podem ser usados na manutenção de uma educação livre, baseada em princípios democráticos, para que todos os participantes do processo de aprendizagem aprendam uns com os outros em um processo dialógico.

Deste modo, justifica-se a importância desta proposta, visto que, se faz necessário compreender melhor o processo de ensino/aprendizagem escolar diante do debate democracia e educação, sobretudo ao vislumbrarmos problemas ligados aos investimentos (sempre menores na rede pública que na privada). Além do mais, esperamos encontrar caminhos mais efetivos que possibilitem formas de atuação para o crescimento escolar na formação crítica e autossuficiente do alunado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como aporte teórico diversos autores, mas destacamos, especialmente, as contribuições de Freire (1967), Ildeu Coelho (2011) e Chauí (2016).

Esperamos que, a partir das reflexões oportunizadas aqui, seja possível observar opções e caminhos a serem tomados para debates mais adensados sobre a complexidade dos problemas da educação brasileira. Fora de pretensões estruturais no sentido de esgotar o tema, o que aqui se objetiva é contribuir epistemologicamente para a discussão de estudos que possam oferecer maior aporte a desdobramentos posteriores sobre democracia e educação em nosso país.

Excertos iniciais sobre democracia e educação

Um olhar sobre o conceito de democracia e educação

Para tratar sobre democracia na educação, é preciso se debruçar sobre o conceito de ideologia. Nesse viés, Chauí (2016, p. 248) nos explica, em uma de suas aulas publicadas em forma de livro, que ideologia:

Trata-se, pois, da produção de uma gênese imaginária sustentada por determinadas “teorias” da história nas quais ideias, como as de progresso ou de desenvolvimento, têm a finalidade de colocar o presente como uma fase necessária do desdobrar do passado e do advento do futuro, estabelecendo continuidade entre eles.

No excerto acima, destaca-se a frase: “produção de uma gênese imaginária sustentada por determinadas ‘teorias’ da história”, assim é perceptível notar que para esta autora é possível considerar ideologia como uma série de ações consolidadas na criação de um ethos histórico social, estabelecendo relações críveis para a implantação da mesma na sociedade.

Ainda no trecho, é possível notar que, ao se falar sobre ideologia, ela sempre se sustenta a partir da criação de uma sensação positiva de crescimento e evolução dos atos, o que aconteceu de útil no passado reverbera no presente para ecoar em um futuro positivado, ou seja, uma sucessão de ações que resultam em uma realidade superior à anterior. Isso também se dá pelo fato de a ideologia ser entendida como realidade amalgamando-se, por vezes, em uma crença entre aqueles que buscam tal propósito. Em um viés mais crítico, a autora ainda acrescenta que a fluidez do pensamento, sem a necessidade de signos visíveis, faz com que uma ideologia se torne hegemônica.

Tais explicações corroboram a visão política atual das tentativas de criação de uma nova ideologia referente ao espectro do ensino, momento o qual busca-se o não desenvolvimento da criticidade dos alunos, criando narrativas maniqueístas, que implantam no imaginário social a lógica do bem e do mal. Conforme aponta Coelho (2011) “A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”, e é por meio de discursos que uma determinada classe política introduz nos sujeitos a ideia de uma sociedade monolítica, impossível de oferecer ascensão social.

Os indivíduos são levados pela ideologia a aceitarem a desigualdade socioeconômica como natural, obra do destino, do acaso, da sorte, e que as diferenças individuais gerariam as diferenças de classes. Se todos possuem a mesma natureza, são iguais e o Estado tudo faz para que todos tenham as mesmas oportunidades – inclusive dando aos menos favorecidos a assistência médica, escola pública, merenda escolar, livros e materiais escolares gratuitos – certamente vencem os mais capazes e esforçados. Se alguns têm posição e status elevado, poder, dinheiro e propriedades é porque teriam talentos, seriam inteligentes, esforçados e trabalhadores; além disso, estudaram e sabem mais. Visto que tiveram as mesmas oportunidades, os outros poderiam também ter bons salários, dinheiro, propriedades e vida tranquila,

mas com menos talentos, sendo indolentes e preguiçosos, desistem diante dos obstáculos e dificuldades, e por isso estão em posição inferior na sociedade (Coelho, 2011, p.319-320).

É neste sentido, buscando propiciar uma abertura de horizonte social crítico, que a educação deve atuar; para além dos interesses da ideologia dominante que prega a meritocracia como único motivo para ascensão social, o educar democraticamente deve demonstrar a necessidade de percepção crítica das mazelas sociais.

Ao longo dos anos, o Fórum Nacional em Defesa das Escolas Públicas (FNDEP) levantou pautas para a melhoria da educação, algumas delas já presentes na Constituição Federal de 1988, tais como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Abaixo destacamos alguns de seus tópicos primordiais:

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- Garantia de padrão de qualidade.

Tais reivindicações foram imprescindíveis para a criação do modelo de educação encontrado hoje no país. E é possível observar que as exigências feitas pelo FNDEP são teoricamente relevantes, o que não nos impede de percebê-las de maneira mais analítica ao se falar de suas aplicabilidades práticas.

Os preceitos democráticos são necessários para compreender e direcionar o funcionamento do processo de aprendizagem dentro e fora de sala de aula, trata-se dos direitos de todo e qualquer aluno, seja ele de escola pública ou privada, de modo que estes últimos também precisam ter os seus direitos assegurados. E mais, democracia e educação fazem parte da apreensão intelectiva dos discentes em sua própria existência e percepção sobre seu ethos social.

Um olhar sobre o conceito de democracia e educação

A partir do momento em que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com o anteparo de um saber e de um poder anteriores e exteriores à sua práxis, capazes de legitimar a existência de certas formas de dominação, as representações desses mesmos sujeitos, detidas no aparecer social e determinadas pela separação entre trabalho e pensamento, irão constituir o pano de fundo sobre o qual pensarão a si mesmos, pensarão as instituições, as relações de poder, a vida cultural, a sociedade e a política no seu todo (Coelho, 2011, p.318).

Uma fala importante da professora Tereza Perez (2020), diretora-presidente da Comunidade Educativa (CEDAC), sobre a expansão da democracia no ambiente de sala de aula, expressa a indispensabilidade da participação das partes envolventes no processo educativo, ela nos diz: “Quando eu trago essas diferentes vozes que estão diretamente ligadas a esse processo de escolarização e tento organizá-las, eu vivo a democracia”. Notemos que as colocações da autora corroboram os ideais de Paulo Freire, (e nossas elucidações acerca de democracia na educação) quando ele nos fala sobre a necessidade da participação de todas as partes, para que haja um bom aproveitamento por parte do aluno, o fato de se trazer a sua história e sua família para a sala de aula é fazer democracia e respeitar o caminho do outro; uma ideia completa a outra.

Nesta linha de raciocínio é preciso compreender que, o debate sobre democracia na educação precisa abranger todas as vertentes políticas e ideológicas, uma vez que, falar sobre democracia não se restringe a um determinado sistema político governamental, mas da forma geral de uma sociedade (Chauí, 2008). Ao falarmos sobre democracia na educação, não restringimos a apenas um determinado grupo dominante, ao contrário, como enuncia Marilena Chauí, a democracia se pauta em trabalhar ideias conflitivas, por ser uma:

Forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos. (...) Dizemos, então, que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (Chauí, 2008, p.67-68).

Neste contexto, é preciso colocar em pauta as vertentes ditas progressistas e as chamadas conservadoras, de maneira adensada e crítica, cabendo ao alunado em sua percepção crítica, adquirida a partir de seus elementos cognitivos e do sistema social circundante, formular sua própria cidadania.

Furtado e Gallo (2020) reforçam a necessidade de incorporação do universo cultural dos alunos como método formativo dos profissionais da educação, ao mesmo tempo em que é necessário incutir os discentes sobre a importância de questionar os interesses que permeiam os meios sociais:

Refletindo criticamente sobre os aspectos que segregam e impedem o acesso aos bens culturais comuns da humanidade é uma das formas possíveis de superação de um modelo centrado na transmissão e apropriação de saberes, ainda presentes em diversos contextos educativos, instituindo assim uma racionalidade dinâmica e vital que promova encontros no âmbito pedagógico e uma reflexão sobre a dinâmica da formação (Furtado e Gallo, 2020, p. 313).

Coelho (2011) nos mostra que, ao se falar sobre concepção democrática de educação, o debate deve ser ampliado para as diferenças de visões políticas, uma vez que, as contradições ideológicas são “constitutivos do próprio social, inerentes ao ser e à existência mesma da sociedade, bem como a ideologia, se fazem presentes em todos os aspectos e dimensões da educação e da escola” (Coelho, 2011, p.317). Na contramão do debate democrático, estratégias são historicamente empreendidas no sentido de permanência de grupos privilegiados no poder.

Tendo isso em vista, para o modelo poder ser aplicado, é necessária a participação de toda comunidade evolvida na escola, para que se exponham suas necessidades e problemas, mazelas estas muitas vezes já anteriormente percebidas pela própria instituição de ensino. Este é um caminho para a busca de soluções por meio de reuniões com as pessoas da comunidade e professores, buscando então, chegar em comum acordo.

Para isso, a criação de instâncias colegiadas é uma possibilidade, de modo que se possa haver maior participação das partes envolvidas, tais como os representantes de classe, associação de pais e mestres, conselho escolar e etc. As organizações ficarão responsáveis por cada assunto passado em reunião com as outras organizações, nenhuma decisão é tomada sem a consulta prévia com a finalidade de ter equidade entre elas. O diálogo nesse modelo se torna vital para a manutenção de um sistema educacional pautada na relação dialógica/democrática.

Tal modo de atuação entre as partes se torna primordial com o intuito de ocorrer a horizontalidade, como nos mostra Freire (2003, p.123):

O diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o

Um olhar sobre o conceito de democracia e educação

momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a refazem.

No trecho citado acima, Freire explicita que o diálogo se faz necessário porque é nele que as partes se entenderão para criar o desejo por elas almejado, um sistema educativo inclusivo, com a participação de todos da comunidade, com o objetivo de melhorar a situação desses participantes. Ou seja, essa horizontalidade é impressa no diálogo, respaldando, assim, os atuantes na empreitada.

Ainda sobre este tema, é possível ressaltar um ponto trazido por Kay (et al, 2013) em um de seus artigos, no qual ela complementa a teoria freiriana dizendo que:

(...) a busca pela qualidade social na educação através da democratização da gestão passa inicialmente pela horizontalização das relações dialógicas e democráticas. Esta relação dialógica enquanto prática fundamental deve ser compreendida como parte da natureza humana e também uma exigência da opção democrática de educar, para que a escola se efetive como um espaço de exercício das práticas e de conquistas de direitos e, ainda, como espaço de formação de sujeitos, oportunizando a reflexão e o debate crítico sobre as experiências vivenciadas no cotidiano dos alunos e dos demais atores envolvidos no processo educacional (Kay M., Carrara e Kay P., 2013, p. 75).

No excerto destacado, os autores detalham de forma clara os ideais freirianos trazendo para a realidade atual o que já era dito há tempos; a relação dialógica precisa ser entendida quase como algo orgânico, para acontecer a união escola-comunidade-aluno da melhor forma possível. Não somente isso, mas também explica como a relação dialógica ajuda na criação desse “espaço de exercício das práticas e de conquistas”: a escola. Como nos mostram Mello e Souza (2020, p.7), é necessário pensar de maneira progressista ao se falar de educação e democracia:

Diante da construção histórico-social de uma nova educação, a democratização defende uma educação progressista e libertadora, a fim de estimular a humanização do sujeito, na busca permanente de ativar a consciência crítica de si e do outro, através do diálogo, (re)descobrindo a vocação ontológica do ser humano. Infere-se que a relação entre democracia e educação deve ser praticada sob o esforço de todos os educadores comprometidos com ações que visem a transformação de uma sociedade.

Consideramos pertinentes as propostas acima, pois, de uma maneira mais geral, elas conseguem resumir os argumentos os quais buscamos elucidar neste texto, uma vez que, democracia e educação devem ser pensadas não apenas em suas capacidades epistêmicas, mas como possibilidades reais de aplicabilidade em sala de aula.

Educação como prática da liberdade e experiência com a democracia

A educação como prática da liberdade, é uma das ideias centrais dos discursos defendidos por Paulo Freire (2011). Nesse viés ele destacou que as relações humanas são plurais, transcedentes, críticas, permeadas de consequências e temporalidade. Para ele, as relações que o homem estabelece com o mundo, distinguem de puros contatos, como vemos entre os demais animais. O homem não apenas vive no mundo, mas interage com o mundo. Por esse motivo, a criticidade precisa estar presente nas relações estabelecidas pelos homens, do mesmo modo que a liberdade deve ser impressa nas experiências que o levem a democratização e humanização.

Freire (2011) esclarece que, na medida em que o homem estabelece relações com a realidade concreta pelas vias de criação, recriação e decisão, vai transformando-a e ao mesmo tempo humanizando-a. “É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas” históricas e culturais (p. 66).

O homem moderno é dominado pelas correntes ideológicas, propositais ou não, inculcadas pelo contexto midiático, que tira a sua capacidade de tomar certas decisões. A mídia é regida pelo poder elitizado da sociedade e essa elite também é responsável por dominar outros campos, como a educação e a formação humana.

Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época (Feire, 2011, p. 61).

Freire (2011) chama a atenção para a necessária formação intelectual humana e menciona a escola como espaço institucional, intencional e humanizado, responsável por interferir e preparar os sujeitos à educação crítica e emancipatória, tornando-os seres pensantes cada vez mais livres das imposições da classe dominante.

O processo assistencialista, conceito advindo da classe dominante, é criticado por Freire (2011), porque é uma solução que objetifica o sujeito e o torna passivo e sem interesse de participar da sua própria história. “Sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória” (p. 79). Por esse motivo, a educação deve se afastar do processo assistencial, para dar lugar a formação de um sujeito que seja agente formativo do seu próprio processo emancipatório. No contexto assistencialista:

Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e “domesticção” do homem. Gestos e atitudes. É esta falta de oportunidade para a decisão e para a

Um olhar sobre o conceito de democracia e educação

responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções e contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito e a democratização fundamental, instalada na transição brasileira, a que já nos referimos. Na verdade, não será com soluções desta ordem, internas ou externas, que se oferecerá ao país uma destinação democrática. O de que se precisava urgentemente era dar soluções rápidas e seguras aos seus problemas angustiantes. Soluções, repita-se, com o povo, e nunca sobre ou simplesmente para ele (Freire, 2011, p. 80).

Para Freire (2011), a ideia é se dirigir até o povo de forma humanizada, com uma educação encabeçada e corajosa, com propostas reflexivas sobre a formação humana, empoderando os sujeitos a refletir sobre si mesmo, suas ações e responsabilidades, tendo como caminho as potencialidades que cada um possui.

O fato de o Brasil ter sido colonizado por portugueses, por vezes, dificultou a compreensão acerca do sentido e o significado da verdadeira experiência com a democracia, visto que, segundo Freire (2011), os nossos colonizadores não tiveram a intenção de civilizar a nossa terra, pelo contrário, intentaram em explorá-la comercialmente. O período colonial foi regado de pressão, proibição de crescer e de falar, submissão e várias restrições nas relações e nas trocas humanizadas, o que levou a ausência da prática democrática.

Freire (2011) destaca que a consolidação da democracia depende de vários fatores, um deles é a educação e sua força instrumental. “Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (p. 117). Uma educação, segundo ele, que possibilite ao homem o enfrentamento das problemáticas cotidianas, que o encoraje a lutar pelos seus direitos, que o incentive ao diálogo constante e que o leve a exercitar a criticidade sobre o mundo. Uma educação favorável à democratização.

Desse modo, segundo Freire (2011, p.127), precisamos ampliar as experiências voltadas ao diálogo, a investigação, a pesquisa, ambas ligadas a criticidade, visto que, esse é o fundamento necessário da construção do processo democrático. A democracia e a educação democrática se fundamentam no homem poder discutir os seus problemas cotidianos da vida e do seu país, quiçá do mundo e do continente, ou seja, compreender e debater os problemas oriundos da natureza democrática. “A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Por esse motivo, a união entre a democracia e a educação como prática para a liberdade, significa construir um processo educativo que possibilite a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes no mundo em que vivem. E para isso, a escola precisa ser

reconhecida como um espaço fundamental na construção de uma sociedade mais justa e humana. Da mesma maneira que os docentes devem ser respeitados como mediadores necessários ao processo educativo, principalmente, responsáveis pela formação de sujeitos cada vez mais críticos e participativos no contexto social.

Considerações Finais

O intuito do trabalho foi abordar determinadas ponderações freirianas, trazendo-as à luz de nossa realidade, debatendo ideologia, democracia e educação, especialmente sob a égide do pensamento de Ildeu Coelho. Neste sentido, aponta-se que, conforme já considerava o educador pernambucano, uma educação democrática preza pela união do(a) aluno(a), comunidade e escola, fazendo com que o(a) aluno(a) se sinta acolhido(a), principalmente nesses lugares de aprendizagem, para que ele(a) consiga se tornar um cidadão(ã) crítico(a) e capaz de exercer qualquer função na sociedade, sempre tendo em mente o pensamento democrático, criado durante toda a implementação da metodologia de ensino desejada.

Em uma perspectiva dialógica, a educação como viés democrático deve buscar desenvolver potencialidades, trabalhando com a possibilidade de formação de uma personalidade cidadã, dedicando-se sempre a uma rigorosa forma crítica de visualidade social. É preciso trabalhar a relação entre educação/poder, educação e classes sociais sempre buscando desmistificar as implicações de uma educação tecnicista pretensamente neutra, mas ideologicamente instruída (Coelho, 2011). Com tais proposituras em mente é possível imaginar novos caminhos para a transformação da realidade, e, ainda que isso possa parecer um projeto utópico, é preciso esperançar e ponderar sobre ele a longo prazo, sempre levando em conta os inúmeros desafios e problemáticas que inferem.

Respondendo à pergunta, se é possível a criação de uma escola onde a comunidade e os alunos sejam participativos e tenham autonomia para decidir a forma que o conteúdo é passado, sem tirar a importância do professor. Entende-se que, sim. A figura do professor continua sendo importante para a observação dos problemas não ditos pela comunidade, por isso que a sua humanização também é primordial para fazer um bom trabalho escolar. A união das partes no ensino-aprendizagem só tem a acrescentar à pedagogia, fazendo com que todo o sistema seja autossuficiente, no sentido que as partes, em diálogo, transformam-no em um ciclo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** Trad. Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 1989.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia.** Crítica y Emancipación, (1): 53-76, junio 2008.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 13^a ed. Ed. Cortez. São Paulo, 2014.

CHAUI, Marilena. Ideologia e educação I - **Educação & Sociedade**, Campinas, ano II, n. 5, p. 24-40, jan. 1980. 2016, v. 42, n. 1 [Acesso 13 outubro 2022], pp. 245-258

COELHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade:** memorial. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

COELHO, Ildeu Moreira. **Universidade atual e comunidade brasileira.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 35, p. 73-76, nov. 1980.

COELHO, Ildeu Moreira. Pensando o trabalho educativo. **Educativa**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 313-326, jul./dez. 2011.

COELHO, Ildeu Moreira. Repensando a formação de professores. **NUANCES: estudos sobre educação.** Ano IX, v.09, nºs 9/10, jan./jun. e jul./dez. 2003

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Rita Márcia Magalhães; GALLO, Sílvio. Sobre a formação e o formar: desafios contemporâneos a universidade. In. **O pensar filosófico, a cultura e a formação humana:** homenagem a Ildeu Moreira Coelho. Mercado de letras. Campinas-SP. 2020. P. 309-323.

KAY, Márcia; CARRARA, Maurício; KAY, Patrícia. Paulo Freire e a gestão democrática: uma leitura da experiência de participação na secretaria de educação no município de Santo André - SP. **Rev. Adm. Educacional**, Recife, v.3, n.9, p.1-161, jan./jun., 2013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROCHA, Telma Brito; BRANDÃO, Cleyton Williams Golveia da Silva; SOUZA E CRUZ, Diêgo Aric Cerqueira. Fake News em tempos de Covid-19: discursos de ódio nas redes sociais como

ressonância da desinformação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar.** Rio de Janeiro, V. 6 - N. Especial II – p. 303-327 (jun - out 2020).

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon de. MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. Pensar agir e se libertar: concepções da pedagogia Freiriana como proposta de melhoria no contexto educacional. **Olhar de Professor**, vol. 23, Enero-Diciembre, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/684/68464195059/html/> Acesso em 24 out 2022

Notas

¹ <https://veja.abril.com.br/educacao/baixo-grau-de-instrucao-dos-pais-interfere-no-desempenho-escolar-dos-filhos/> Acesso em 25/09/22

² <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/educacao/2587-pandemia-aumenta-numero-de-criancas-analfabetas-no-pais>. Acesso em 25/09/2022

Sobre as autoras

Marcela Rodrigues Santos

Doutoranda em Educação pela UFG. Mestre em Educação pela UEG (2024). Especialização em AEE (2024) pela UNICAMPS. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Brasileira de Cultura e Educação (2018) e Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Faculdade Araguaia-GO (2012). Possui Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2007) e graduação em Pedagogia, na modalidade de licenciatura plena pela Fundação Antares de Ensino Superior - FAESPE (2012). Atualmente é professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia. E-mail: proflppt@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6575-5058>

Maria José Pereira de Oliveira Dias

Doutora, Mestra e Especialista em Educação (PUC Goiás). Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Atualmente é Professora Efetiva (concursada) na Universidade Federal de Goiás, lotada no Departamento de Educação Infantil/CEPAE e membra da Comissão de Educação Inclusiva desta unidade. Coordenadora do Projeto de Extensão - Fórum Virtual da Educação Infantil: formação, reflexão e debate (CEPAE/UFG). Pesquisadora e Membra do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Gestão Escolar - GPPEGE/PUC Goiás - www.gpgege.org.br. <https://orcid.org/my-orcid>. Vinculada a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação). Diretora de Assuntos Educacionais e de Carreira no ADUFG Sindicato. E-mail: mjgoster@ufg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9589-7847>

Recebido em: 08/11/2025

Aceito para publicação em: 27/11/2025